

Learning the Word and the World *ou* *Aprendendo a Palavra e o Mundo.*

Abordagens históricas da alfabetização, educação, globalização e emancipação.

Introdução

No ano em que a Constituição da República Portuguesa completa quarenta anos e passam trinta sobre a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, leis nas quais a educação foi investida como direito universal e alicerce fundamental do processo de democratização e desenvolvimento da sociedade portuguesa no quadro da crescente interdependência e solidariedade entre todos os povos do mundo, a História – Revista da FLUP lançou um pedido de artigos científicos sobre um tema que de imediato assistiu ao nosso pensamento em língua inglesa, mercê da sua significação sociopolítica e poder sintético (*Learning the Word and the World*), tal como Daniel Lindmark mobilizou para analisar a tensão colonial entre os estudantes aborígenes da Lapónia e a introdução da cultura letrada pelas autoridades suecas nos séculos XVII e XVIII¹, título que, depois de traduzido para a língua portuguesa (*Aprendendo a Palavra e o Mundo*), teve de ser especificado de modo a viabilizar a legibilidade e inteligibilidade dos objetivos do presente dossiê temático por parte da comunidade científica, a saber: “Abordagens históricas da alfabetização, educação, globalização e emancipação”.

Fundamentamos ainda o pedido de artigos segundo uma visão genérica do papel desempenhado pela educação no quadro do processo de modernização, democratização e cooperação (institucional e intelectual) das diferentes sociedades e na produção de subjetividades nos termos que se seguem neste mesmo parágrafo. Na definição e construção das sociedades ocidentais de base liberal, a alfabetização foi usualmente considerada como uma capacidade de leitura, escrita e cálculo que geraria efeitos nas técnicas de cognição dos indivíduos. Desta forma, a alfabetização alcançou um significado simbólico mercê das capacidades usualmente atribuídas às pessoas alfabetizadas: pensamento analítico, racional, crítico e cético; reconhecimento das categorias espaço-temporais, conceptualização abstrata, consciência histórica e política, etc. Na época contemporânea, o Estado-Nação assumiu o principal papel e responsabilidade na implementação de programas políticos de alfabetização (básica) ou de educação (obrigatória, primária e pós-primária, formal ou não-formal), replicando e retraduzindo, a nível nacional, um modelo de governança, de circulação europeia/ocidental, assente numa “maquinaria” pedagógica, profissional, técnica e administrativa da educação (financiamento público; supervisão, inspeção e regulação oficial; formação profissional de professores; currículos, programas escolares, avaliação, exames e diplomas; tecnologias, recursos e métodos pedagógicos renovados, etc.), regularmente “afinada” segundo as conjunturas político-educativas nacionais e internacionais. Este processo de estatização das competências educativas foi

¹ Daniel Lindmark, “Colonial Education and Saami Resistance in Early Modern Sweden” in Barnita Bagghi, Eckhardt Fuchs & Kate Rousmaniere (ed.), *Connecting Histories of Education: Transnational and cross-cultural exchanges in (post)colonial education* (New York & Oxford: Berghahn Books, 2014) 140-155.

gradualmente forjado ao longo da consolidação, no mundo ocidental, das comunidades imaginadas de base nacional desde o século XVI. Alguns destes estados-nação intensificaram, por seu turno, a partir do século XIX, a sua expansão territorial segundo uma lógica de dominação imperialista. A educação dos povos nativos, a maioria das vezes realizada através da estranha língua do colonizador e/ou imposta através de tecnologias culturalmente desconhecidas (como a leitura e escrita), vai recolocar, numa escala mundial, as questões centrais de qualquer projeto educativo: para quê, quem, o quê, como, porquê educar? Estas questões voltaram a ser colocadas após a II Guerra Mundial, com o apoio de organizações internacionais (como a Organização das Nações Unidas, por exemplo), no contexto da reconstrução dos sistemas educativos em países descolonizados, da especificidade da educação de minorias étnicas ou da reorientação político-educativa dos países que se libertaram de jugos ditatoriais, como foi o caso de Portugal em 1974.

O resultado do repto lançado que ora se dá a lume é deveras animador e representa o lugar de recepção, interpretação e convergência do tema com a produção científica desenvolvida por diversos investigadores portugueses, espanhóis e brasileiros sobre temáticas que oscilam entre o espaço/tempo geográfico da educação, regido por temporalidades calendarizadas e circulares, e o espaço cibernético da mesma, padronizado pela magnitude zero do tempo, ou ainda entre a afirmação e exibição da construção da *modernidade sólida* (de base estatal, institucional, político-normativa e social) e a *modernidade líquida* (individual/individualista, portátil, fluída, eletrónica e competitiva), pronta-a-consumir, tal como foi caracterizada por Zigmunt Bauman².

A alfabetização é a temática dominante no presente dossiê. Percorre, de modo declarado, os artigos de Vera Lúcia Nogueira e Luciano Mendes Faria Filho (*Escolarização, trabalho e cidadania: a educação de adultos no Brasil no século XIX*), de Fabiana Sena e Wojciech Andrzej Kulesza (*História da leitura e alfabetização: convergências e prognósticos de pesquisa*) e de Daniela Vilaverde e Silva (*A Campanha Nacional de Educação de Adultos no Estado Novo: uma leitura dos debates parlamentares e, de forma implícita*) e, de forma implícita, o artigo de Catarina Neves (*Trilhos da educação e do português em Angola*). Mas, passemos agora à breve apresentação de cada artigo conforme o ordenamento (cronológico) que nos foi possível aplicar.

Vera Lúcia Nogueira e Luciano Mendes Faria Filho construíram um artigo, subordinado à temática *Escolarização, trabalho e cidadania: a educação de adultos no Brasil no século XIX*, de constituição clássica no domínio das fontes trabalhadas que suportam o estudo (imprensa local, institucionais de órgãos de poder estadual, relatórios oficiais, entre outras) e com uma abordagem, focada em cursos noturnos de adultos implementados no período imperial (1822)-1889), lançou uma nova luz e densificação cognitiva sobre o designado “vazio” alfabetizador atribuído a esse período. O princípio da pluralidade é corporizado pelo foco do estudo em populações marginalizadas da sociedade brasileira e, a partir dos resultados apurados em relação às iniciativas de cursos noturnos, permitiu analisar criticamente os fins e conteúdos, ditos *civilizadores* e *modernizadores*, de criação de um novo *habitus* social, de uma *outra* tecnologia/estratégia de socialização mais ampla: a instrução e educação.

O artigo *História da leitura e alfabetização: convergências e prognósticos de pesquisa*, de autoria de Fabiana Sena e Wojciech Andrzej Kulesza, problematiza o sentido do processo e significado da alfabetização através das discussões teórico-históricas abertas nos últimos trinta anos a partir de textos canónicos sobre a história da leitura de autores como Paulo Freire e Roger Chartier. Tenta-se, deste modo, articular as propostas e práticas freirianas de conscientização, empoderamento e agência do alfabetizando (o conceito da *palavramundo*) com as perspetivas da história da cultura, designadamente através de conceitos operacionais como representação, prática e

² Zygmunt Bauman, *La globalización. Consecuencias humanas* (3ª ed., Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006).

apropriação, de raiz fenomenológica, centrais em Roger Chartier, com a finalidade de propocionar o aprofundamento problematizado dos estudos sobre leitura/escrita através de uma instrumentação teórico-metodológica de maior alcance e vitalidade científica.

Anabela Amaral, com o artigo *Aprender a palavra ao ar livre. Estratégias de modernidade sanitária em Portugal no início do séc. XX*, introduz-nos numa temática de investigação que aborda, a um tempo, o domínio da circulação internacional de discursos e práticas higienistas e a sua concretização em projetos educativos e de sanidade escolar em Portugal, designadamente na prevenção da tuberculose. O artigo coloca, assim, no centro da sua reflexão as questões da fragilidade bio-fisiológica dos alunos (portugueses), as estratégias educativas de resposta ou solução a esse problema e o (conexo e) crescente processo de investigação científica sobre a educação. O problema da sanidade escolar (e os cuidados com a preservação de a saúde de alunos e professores) emergiu com todo o vigor em período de crescimento da pressão social sobre a instituição escolar por efeito da implementação do princípio da escolaridade obrigatória.

O artigo intitulado *A 1.ª Faculdade de Letras do Porto na “campanha Homem Cristo”*: *o arauto de uma fatalidade prenunciada*, de autoria de Francisco Miguel Araújo, convida-nos a revisitar o argumentário, politicamente orientado, das críticas dirigidas por Francisco Homem Cristo, através da imprensa escrita e em debates parlamentares, entre 1923 e 1926, contra o funcionamento e qualidade científico-pedagógica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, escola que acabaria por ser encerrada pelas autoridades ditatoriais em 1931. Homem Cristo foi professor da FLUP até janeiro de 1923 e as críticas dirigidas a esta escola começaram logo em fevereiro de 1923 em jornal da sua terra natal, Aveiro. O artigo questiona, com toda a propriedade, se as críticas de Homem Cristo eram fundamentadas na factualidade objetiva do funcionamento da FLUP ou se eram motivadas pela subjetiva animosidade pessoal que foi amealhando enquanto professor da FLUP, quer com colegas professores, quer com estudantes, destacando-se entre eles um alvo preferencial: Leonardo Coimbra. As críticas de Homem Cristo ganharam maior ampliação e impacto político-institucional, de novembro de 1924 em diante, a partir da Câmara de Deputados.

As atas das duas câmaras parlamentares do Estado Novo português (Assembleia Nacional e Câmara Corporativa) constituem o *corpus* documental do artigo de Daniela Vilaverde e Silva (*A Campanha Nacional de Educação de Adultos no Estado Novo: uma leitura dos debates parlamentares*). Este trabalho centra-se no conteúdo das intervenções produzidas pelos deputados nas câmaras referidas durante o período de implementação da Campanha, que mobilizou, pelo menos no plano simbólico, as forças sociais e políticas do país no combate à *chaga social* do analfabetismo. A Campanha, porém, tendo assentado, do ponto de vista metodológico, na replicação, à semelhança de outros programas congêneres anteriormente implementados, no modelo escolar do ensino primário para a educação de adultos viu cerceado o alcance dos seus resultados em termos sociodemográficos.

A abordagem de conteúdos construídos com a finalidade ideológica de perpetuar o discurso retórico da dominação espanhola sobre o protetorado marroquino através dos bancos das escolas em meados do século XX constitui o foco do artigo assinado pelo investigador David Parra Montserrat (*Africanismo e arabismo no relato histórico escolar: Espanha, 1939-1956*). O artigo analisa a coreografia e materialidade das atividades desenvolvidas nas salas de aula espanholas e do Marrocos espanhol destinadas a apoiar a *performance* daquele discurso político através de um determinado imaginário sobre o mundo árabe, da história do Al-Andaluz ou da própria experiência colonial espanhola no norte de África.

Catarina Neves procede ao mapeamento dos *Trilhos da educação e do português em Angola* em artigo que, ao fazer uma análise sistemática dos relatórios publicados sobre o estado da aprendizagem da língua portuguesa, acaba por evidenciar os constrangimentos do próprio sistema educativo nacional desde a independência, em 1975. O estatuto da língua portuguesa em

Angola (língua de dominação colonial e, após a independência, língua oficial do Estado) é signo, a um tempo, de uma herança e de políticas públicas que não têm tido em consideração, do ponto de vista linguístico, um maior desenvolvimento do estudo das várias ditas línguas nacionais e, do ponto de vista educativo, as implicações na qualificação dos resultados alcançados em programas de alfabetização, na organização escolar, curricular e programática dos diferentes graus de ensino, na formação de professores, entre outros.

O artigo de Juan Esteban Rodríguez Garrido (*Estudiar Historia desde la Literatura: la Invasión de Francia*) remete-nos para a posição e plasticidade (epistemológico-)didática da disciplina (escolar) de História no quadro do currículo dos ensinos básico e secundário ao tomar por referência a temática da invasão e ocupação da França pelas tropas nazis durante a II Guerra Mundial. A articulação didático-interdisciplinar da temática referida entre a História e a Literatura ganha maior propriedade quando aquela é reapresentada e relatada por autores que vivenciaram e escreveram a guerra a partir do seu testemunho tragicamente direto como o francês Jean Bruller (1903-1991), aliás, Vercors, em *O silêncio do mar*, publicado clandestinamente em 1942, e a ucraniana Irène Némirovski (1903-1942), de origem judia, fatalmente vitimada pelo tifo num campo de concentração, em *Suite francesa* (obra também escrita em 1942 e publicada postumamente, em 2002), ou a partir de reconstituições memoriais, com finalidade literária, como no caso da obra intitulada *Vichy, 1940*, de autoria do espanhol Fernando Schwartz Girón (1937), diplomata e escritor, publicada em 2007.

Carla Marques Ribeiro assina o artigo intitulado *A educação na senda dos direitos e cidadania culturais: considerações à luz do direito constitucional português*. Nele, a autora, visa compreender o processo educativo como fator e catalisador sociopolítico para o exercício dos direitos e cidadania culturais. Para tanto, o artigo analisa o edifício jurídico-constitucional construído, e em vigor, em Portugal que suporta, *de jure*, os direitos sociais para o exercício de uma cidadania culturalmente ativa e, desejavelmente, acrescentamos nós, *de facto*, inovadora, participada, produtiva e responsável.

O artigo de Rui Guimarães Lima [*Depois do e- e do b-, o m- e o u-(learning): uma breve incursão pelos paradigmas emergentes da educação a distância*], partindo do conceito de educação a distância, cunhado em finais do século XIX, onde a circulação dos materiais de formação se fazia ao ritmo do correio postal e em suportes físicos, procede à sua atualização no tempo presente, onde as plataformas, engenharias, aplicações e conteúdos multimédia permitidos pelos mais recentes avanços da eletrónica aplicados ao processo de ensino-aprendizagem reificaram a expressão (o tempo e espaço da) *electronic learning* (*e-learning*), quase eclipsando o referido conceito de educação a distância. O autor procede ainda a um transcurso histórico sobre a emergência de outros conceitos e prefixos (*b-*, *m-* e *u-*) aplicados à palavra *learning*: *b* para *blended*, *m* para *mobile* e *u* para *ubiquitous*.

Com este último artigo somos como que convidados a entrar no intangível mundo eletrónico, em que a palavra, ou melhor, a mensagem (hipertextual) também é canal/meio, onde a educação ganha novos desafios (tecnológicos), vincando, no entanto, no fio do processo de complexificação sociopolítica aberto pelas *Luzes*, os mesmos princípios epistemológicos, sociais e antropológicos que informam os projetos emancipadores, os quais o número 2 do artigo 1º da Lei de Bases do Sistema Educativo português (Lei nº 46/86, de 14 de outubro) sintetizou, há trinta anos, de forma assertiva e poderosa: “o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”.

Coordenador do dossiê temático

Luís Grosso Correia